

TEORIA GERAL DE DIREITO CIVIL II  
TURMA C  
PROGRAMA  
REGENTE: PROF. DOUTOR JOSÉ ALBERTO VIEIRA

TÍTULO I  
AS PESSOAS

1. A pessoa humana defronte do Direito

CAPÍTULO I  
O DIREITO DA PERSONALIDADE  
SECÇÃO I  
DOGMÁTICA GERAL E ÂMBITO

2. A origem histórica
3. A evolução
4. O objecto. Os direitos de personalidade
5. A ausência de uma tipicidade taxativa de direitos de personalidade
6. Características dos direitos de personalidade
- 7, Modalidades
8. A dispersão do regime jurídico: entre a Constituição, o Direito Penal e o Direito Civil
9. Direitos de personalidade e direitos do homem
10. Direitos fundamentais e direitos de personalidade
11. Direitos de personalidade das pessoas colectivas. Discussão e âmbito

SECÇÃO II  
OS DIREITOS DE PERSONALIDADE EM ESPECIAL  
SUBSECÇÃO I  
A PROTECÇÃO DA PESSOA FÍSICA

12. O direito à vida
13. O direito à integridade física
14. O direito ao repouso

#### SUBSECÇÃO II

##### A PROTECÇÃO DA DIMENSÃO ÉTICA DA PESSOA

15. O direito à integridade moral, ao bom nome e à reputação
16. O direito ao nome

#### SUBSECÇÃO III

##### A PROTECÇÃO DA PRIVACIDADE DA PESSOA

17. O direito à imagem
18. O direito à reserva da vida privada
19. As cartas-missivas confidenciais
20. Um direito da personalidade ao esquecimento?

#### SUBSECÇÃO IV

##### RELAÇÕES FAMILIARES E AFFECTOS COMO OBJECTO DE TUTELA DA PERSONALIDADE?

21. O problema em face do art. 496.º do Código Civil. A jurisprudência portuguesa em matéria de responsabilidade civil
22. A personalidade na relação de parentesco?
23. A quebra da relação de afecto como violação da personalidade?

#### CAPÍTULO II

##### AS PESSOAS SINGULARES

#### SECÇÃO I

##### A PERSONALIDADE JURÍDICA

24. Personalidade jurídica. Conceito
25. O início da personalidade. Reconhecimento ou atribuição?
26. A vida pré-natal e a personalidade jurídica. O problema

27. A tutela civil do nascituro

## SECÇÃO II

### A CAPACIDADE JURÍDICA

28. A capacidade jurídica. Conceito

29. A capacidade de gozo e a capacidade de exercício

30. A menoridade

31. O regime jurídico da menoridade

32. Os maiores acompanhados

33. O regime jurídico dos maiores acompanhados

34. Maioridade e emancipação

## SECÇÃO III

### O ESTADO DAS PESSOAS

35. O estado civil

36. O registo civil

37. A identidade

38. O domicílio. Noção e regime jurídico

39. Ausência e a morte presumida

## SECÇÃO IV

### A CESSAÇÃO DA PERSONALIDADE

40. A morte

41. Os efeitos jurídicos da morte

42. A situação especial do cadáver

43. A tutela *post mortem*

## CAPÍTULO III

## AS PESSOAS COLECTIVAS

### SECÇÃO I

44. A origem remota no Direito romano

45. O desenvolvimento medieval a partir da ideia de *universitas*. A *universitas personarum*

46. As concepções de Savigny e da pandectística alemã do século XIX sobre o conceito de personalidade colectiva

47. As doutrinas contemporâneas da pessoa colectiva

48. Prosecução de escopos colectivos por organizações não personalizadas pelo Direito. Pessoas rudimentares?

49. A nossa perspectiva

### SECÇÃO II

#### DOGMÁTICA GERAL

50. As fontes portuguesas na matéria

51. Classificações de pessoas colectivas. Critérios de classificação

52. A formação da pessoa colectiva. O acto de constituição e os estatutos

53. A organização da pessoa colectiva. Órgãos e representantes

54. Titulares dos órgãos da pessoa colectiva. Deveres e responsabilidade civil

55. A capacidade da pessoa colectiva. O denominado princípio da especialidade; crítica

56. O funcionamento da pessoa colectiva

57. A responsabilidade civil da pessoa colectiva

58. A modificação e a extinção

### SECÇÃO III

#### O LEVANTAMENTO DA PERSONALIDADE COLECTIVA

59. A ideia original do levantamento da personalidade colectiva

60. A evolução posterior

61. A doutrina actual do levantamento da personalidade

62. Confronto com o Direito positivo português

## CAPÍTULO IV

### AS PESSOAS COLECTIVAS EM ESPECIAL

#### SECÇÃO I

##### ASSOCIAÇÕES

- 63. O acto de constituição da associação. A deliberação negocial de constituição
- 64. Forma do acto de constituição. Os estatutos
- 65. O associado. Posição jurídica
- 66. Os órgãos da associação. Competência
- 67. Funcionamento da associação
- 68. Modificação e extinção
- 69. Associações especiais, com e sem personalidade jurídica

#### SECÇÃO II

##### FUNDAÇÕES

- 70. A origem e a evolução das fundações
- 71. As fontes do Direito das fundações
- 72. A instituição da fundação. Requisitos legais e estatutos
- 73. O instituidor
- 74. O reconhecimento administrativo
- 75. Os órgãos da fundação. Competência
- 76. Funcionamento da fundação
- 77. Modificação e extinção
- 78. Fundações públicas

#### SECÇÃO III

##### SOCIEDADES CIVIS PURAS

- 79. Da *societas* romana à sociedade civil
- 80. Sociedades civis puras e sociedades civis com forma comercial
- 81. O problema da personalidade jurídica da sociedade civil pura. Doutrinas e posição adoptada

- 82. Contrato constitutivo. Forma
- 83. O sócio. Posição jurídica
- 84. Organização da sociedade civil
- 85. Funcionamento
- 86. Responsabilidade da sociedade civil pura por dívidas a terceiros. Posição dos sócios
- 87. Modificação e extinção

## TÍTULO II

### O OBJECTO

#### CAPÍTULO V

#### EVOLUÇÃO HISTÓRICO-DOGMÁTICA DAS COISAS

- 88. *A res romana. Os corpora e os iura*
- 89. As coisas nas Ordenações do Reino
- 90. As coisas na pré-codificação civil portuguesa
- 91. As coisas no Código Civil de Seabra
- 92. As coisas no anteprojecto, nas revisões ministeriais e no projecto final
- 93. A dimensão histórico-cultural do conceito de coisa

#### CAPÍTULO VI

#### ENQUADRAMENTO DOGMÁTICO

- 94. Coisa e objecto
- 95. Coisa e bem
- 96. Noção de coisa
- 97. Coisas e direitos
- 98. A energia como coisa
- 99. A informação digital como coisa
- 100. O domínio público
- 101. Domínio público e Direito Civil
- 102. Os baldios
- 103. Os denominados bens culturais

## CAPÍTULO VII

### CLASSIFICAÇÕES DE COISAS

- 104. Coisas corpóreas e incorpóreas
- 105. As partes de coisa
- 106. Os imóveis
  - a. Prédios rústicos e urbanos
  - b. Os limites dos prédios
  - c. As águas
  - d. Árvores, arbustos e frutos
  - e. Direitos inerentes
  - f. Partes integrantes
- 107. Os móveis
- 108. Coisas fungíveis e infungíveis
- 109. Coisas consumíveis e não consumíveis
- 110. Coisas principais e acessórias
- 111. Coisas presentes e futuras
- 112. Coisas simples e compostas
- 113. Frutos
- 114. Benfeitorias

## CAPÍTULO VIII

### COMPLEXOS ENVOLVENDO COISAS

- 115. O património. Noção
- 116. As teorias sobre o património
- 117. O conceito de empresa. O seu carácter exterior ao Direito
- 118. O estabelecimento comercial. Enunciação dos seus elementos
- 119. O estabelecimento comercial e o conceito normativo de coisa e de objecto

## CAPÍTULO IX

### OS ANIMAIS

- 120. A perspectiva histórica dos animais como coisas. Do Direito romano à actualidade
- 121. Os animais como *tertium genus*

122. Regime jurídico de protecção dos animais

#### TÍTULO IV

#### AS SITUAÇÕES JURÍDICAS

#### CAPÍTULO XIX

#### DOGMÁTICA GERAL

187. Situação jurídica. Noção

188. Situação jurídica e relação jurídica. O debate em torno da sistematização do Código Civil

189. Classificações

190. O direito subjectivo. Noção

191. Direito subjectivo e direito potestativo

192. Bens ou interesses reflexamente protegidos

193. Os poderes

194. As expectativas jurídicas

195. Os poderes funcionais

196. As excepções materiais

197. Os deveres

198. Os estados de sujeição

199. Os ónus

200. Os deveres funcionais

#### CAPÍTULO XX

#### O EXERCÍCIO DE SITUAÇÕES JURÍDICAS

201. O exercício jurídico

202. Modalidades

203. O sistema do Código Civil

204. A titularidade da situação jurídica

205. Titularidade e exercício da situação jurídica

#### CAPÍTULO XXI



## A LEGITIMIDADE PARA O EXERCÍCIO

- 206. A legitimidade. Noção
- 207. Modalidades
- 208. Factos legitimadores
- 209. Ausência de legitimidade. Efeitos jurídicos
- 210. Legitimidade e legitimação. Confronto
- 211. Factos legitimadores

## CAPÍTULO XXII

### A REPRESENTAÇÃO

- 212. Origem histórica e evolução
- 213. Modalidades. As teorias da representação
- 214. Requisitos da representação
- 215. Os efeitos da representação
- 216. A procuração. Forma e outorga
- 217. Os poderes de representação
- 218. Procuração no interesse do procurador e no interesse do representado e de terceiro
- 219. A procuração e o negócio base
- 220. A substituição do procurador
- 221. A cessação da procuração
- 222. A tutela de terceiros. Representação aparente e representação tolerada
- 223. Representação sem poderes
- 224. Abuso de representação.

## CAPÍTULO XXIII

### O EXERCÍCIO INADMISSÍVEL DE SITUAÇÃO JURÍDICA

- 225. A doutrina do abuso de direito. O ponto de partida nos actos emulativos. A insuficiência
- 226. Coordenadas actuais do instituto O exercício inadmissível e a boa fé
- 227. A tipificação das situações de exercício inadmissível
- 228. A *exceptio doli*

229. O *venire contra factum proprium*

230. Inalegabilidades formais

231. *Supressio e surrectio*

232. *Tu quoque*

233. O desequilíbrio no exercício

234. Tendências jurisprudenciais recentes e construção dogmática do exercício inadmissível de situação jurídica

#### CAPÍTULO XXIV

##### A COLISÃO DE SITUAÇÕES JURÍDICAS

235. A colisão de situações jurídicas em geral. Figuras afins

236. A colisão de direitos

237. Colisão de direitos da mesma natureza

238. Colisão de direitos de diferente natureza

239. Hierarquização de direitos. Direitos iguais e direitos prevalentes. O sacrifício no exercício

240. A colisão de deveres e de outras situações jurídicas passivas

#### CAPÍTULO XXV

##### A TUTELA PRIVADA

241. O princípio geral da tutela pública

242. A tutela privada

243. As formas de tutela privada. O sistema do Código Civil

244. A legítima defesa. Noção, pressupostos e regime jurídico

245. O estado de necessidade. Noção, pressupostos e regime jurídico

246. A acção directa. Noção, pressupostos e regime jurídico

247. O consentimento do lesado. Noção, pressupostos e regime jurídico

#### CAPÍTULO XXVI

##### A PROVA DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS

248. O Direito substantivo e o Direito processual

249. O ónus da prova e a inversão do mesmo

- 250. Princípios de produção de prova
- 251. Meios de prova
- 252. As presunções. Noção e modalidades
- 253. Confissão. Noção, pressupostos e eficácia
- 254. Documentos. Noção, modalidades e regime jurídico
- 255. As testemunhas
- 256. Os peritos
- 257. A inspeção judicial

## CAPÍTULO XXVII

### A REPERCUSSÃO DO TEMPO NAS SITUAÇÕES JURÍDICAS

- 258. A relevância jurídica do tempo
- 259. Os prazos. Prazos civis e prazos processuais
- 260. O âmbito dos prazos civis
- 261. O cômputo do prazo. Regras civis
- 262. A prescrição. Noção e eficácia geral
- 263. Invocação e beneficiários da prescrição
- 264. Prazos de prescrição. Modalidades de prescrição
- 265. Prescrição presuntiva
- 266. Interrupção e suspensão da prescrição
- 267. Caducidade. Noção e eficácia geral
- 268. Tipos de caducidade
- 269. Decurso do prazo
- 270. Desnecessidade de invocação
- 271. Prescrição e caducidade. Confronto
- 272. A *suppressio ex bona fide*. Relevância